

IMAGENS DE CORPOS NORMAIS NA BIOTIPOLOGIA BRASILEIRA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

ANA CAROLINA VIMIEIRO GOMES¹

Biotipologia é o nome criado por Pende para designar a ciência das constituições, temperamentos e caráter. Ela representa a fase científica das doutrinas constitucionais (Waldemar Berardinelli, *Biotipologia: Constituição, caráter e temperamento*, 1936; p. 15)

Introdução

Este texto é produto de uma pesquisa, recentemente iniciada, sobre a história da quantificação e qualificação dos corpos, pelas ciências biomédicas, para determinação de corpos normais e saudáveis. Ênfase é dada aqui a um campo de conhecimento biomédico denominado Biotipologia. O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a emergência desse campo de conhecimento no Brasil na primeira metade do século XX (1930 a 1950) e relacioná-lo com alguns interesses científicos, políticos e sociais em se medir, normalizar e padronizar os corpos dos brasileiros, para caracterizar um biotipo nacional.

Como vimos na epígrafe acima, segundo o médico brasileiro Waldemar Berardinelli (1936), biotipologia foi o termo criado, nos anos 20, pelo médico italiano Nicola Pende (1880-1970) para caracterizar a “ciência das constituições, temperamentos e caracteres”. A biotipologia representaria “a fase científica das doutrinas constitucionalistas” (estudo dos temperamentos), num enlaçamento da ciência experimental com o estudo da constituição humana. Só que desde então ela seria ancorada em procedimentos de mensuração morfológicos, fisiológicos (sobretudo dialogando com a endocrinologia) e psicológicos. Esse campo biomédico continuava e atualizava (baseada em um discurso de pretendida maior cientificidade) as classificações antropológicas e criminológicas do século XIX, que eram praticadas a

¹ Doutora. Profa Adjunta do Departamento de História – UFMG – email: carolvimieiro@ufmg.br

partir de mensurações e qualificações das constituições e dos traços físicos e craniométricos das pessoas. A partir das evidências até então encontradas, parece que os padrões mais utilizados no Brasil foram aqueles provenientes de países Europeus como da Itália (Pende, Viola e Barbára), da França (Sigaud) e da Alemanha (Kretschmer). Estes parâmetros eram empregados para definir o "valor físico dos indivíduos", caracterizar os corpos tidos normais, prever a "propensão de doenças" e ao crime, e ao fazê-lo, padronizar e produzir diferenças e hierarquias entre os grupos humanos, por meio de um suposto estado de normalidade dos corpos.

O presente trabalho busca examinar, especificamente, em publicações de Biotipologia que circularam no Brasil naquele momento, a cultura visual utilizada nessa prática de qualificação dos corpos – pela sua morfologia, fisiologia e temperamento –, que tomavam como base os referidos modelos de normalidade propostos pelas diferentes escolas biotipológicas européias e, algumas vezes, mobilizadas e reapropriadas pelos médicos brasileiros. Nosso argumento é que as imagens – entendidas aqui como resultado de práticas representacionais da natureza ancoradas na cultura e no estilo de pensamento da época (Pauwels, 2006; Fleck, 2010) – consistiam em instrumentos, considerados objetivos (Daston e Galison, 2007), que serviam de parâmetros para comparar e classificar os corpos, segundo um ideal de normalidade e salubridade corpórea. Essas imagens, ao serem dessa maneira utilizadas, podem ser reveladoras de uma trama para a construção do que seria, naquela época, o tipo físico nacional.

Indícios da biotipologia no Brasil 1930-1950

Evidências apontam que a biotipologia foi praticada nas ciências biomédicas brasileira tendo como base os fundamentos da “medicina constitucional”. Uma de suas frentes de análise científica dos corpos estava na associação das constituições físicas das pessoas à incidência de determinadas doenças, na semiologia e na clínica propedêutica. As produções científicas realizadas na década de 1930 pelo médico carioca Waldemar Berardinelli (1905-1956), com destaque para as obras “Tratado de Biotipologia e Patologia Constitucional” (1942) e “Biotipologia: constituição, temperamento, caracter” (1933, 1936), seguem nessa direção. Berardinelli (1936) defendia a

importância do estudo da constituição física para as diferentes especialidades médicas: a clínica médica, a obstetrícia e a ginecologia, a cirurgia, o câncer, as doenças infecciosas e a oftalmologia. Além disso, ele propunha terapêuticas, diagnósticos e medidas profiláticas e sugeria a alimentação e a educação física de acordo com as constituições físicas das pessoas, ou seja, seus caracteres morfológicos, fisiológicos e psicológicos. Uma análise aprofundada dessas obras tem sido reveladora dos modelos científicos – e concepções de cientificidade neles implícitos – que balizaram os estudos de Berardinelli e de outros médicos brasileiros que debateram a relevância da qualificação dos corpos, a partir do pensamento constitucionalista², para a medicina brasileira.

Enquanto a fisiologia focava na função dos órgãos e a microbiologia nos agentes externos causadores das doenças, a biotipologia, aplicada à clínica médica, focava nas especificidades morfológicas dos indivíduos em relação à propensão a desenvolver certas doenças. Se a antropologia é a síntese das medidas dos corpos, a biotipologia seria a análise dessas medidas para cada pessoa (Albrizio, 2007).

Na biotipologia, o foco era o indivíduo, o singular, por isso, para Waldemar Berardinelli (1936), ela é a “ciência do individuo humano, é a ciência de cada homem em particular, é a biologia comparativa dos indivíduos humanos”. Enquanto a antropologia se dirigia para a identificação dos traços comuns dos seres humanos para determinar as populações e os vários grupos humanos, a biotipologia, dizia-se como retórica de diferenciação entre os campo, buscava as diferenças entre os indivíduos. Todavia, como pode ser detectado em diversas publicações da área, essa ênfase na individualidade comportava uma ambiguidade, pois, ao mesmo tempo, assumia-se que seria impossível apreender “as infinitas variações individuais”. É que após a análise e detecção do particular sobre a biologia de cada um, afirmava-se que, ao mesmo tempo, seria preciso o agrupamento das variações individuais de acordo com os parâmetros de semelhança. Isso significava enquadrar os indivíduos segundo tipos humanos, os denominados biotipos. Sendo assim, podemos considerar que a biotipologia foi, portanto, um dos campos biomédicos que propunha uma prática científica classificatória, carregada de valor social e moral (Lipphardt e Niewöhner, 2007),

² Segundo Albrizio (2007), o interesse pela constituição dos corpos humanos é uma questão científica antiga, relacionada, por exemplo, à teoria dos humores, em que as doenças seriam relacionadas aos temperamentos. Todavia, é na virada do século XIX e início do XX que os números e instrumentos das práticas da antropometria são apropriados pelos médicos partidários desse pensamento. Aliás, a constituição era também definida no século XIX como a matéria do temperamento.

produzindo, por meio dos corpos das pessoas, diferenças biológicas entre os seres humanos.

Diversas qualificações, articulando as medidas morfológicas, funcionais e psicológicas, foram elaboradas para dar conta de agrupar os corpos dos indivíduos a partir dessas supostas semelhanças e diferenças (de medidas corporais) entre eles. A biotipologia lidava com a normalidade biológica. Escolas biotipológicas, em países como França, Alemanha e Itália, propuseram, cada uma, suas próprias classificações. Na França, por exemplo, Claude Sigaud (1862-1921), mobilizando dados morfológicos, determinou quatro tipos humanos: respiratório, digestivo, muscular e cerebral. Na Alemanha, Kretschmer (1888-1964), seguindo um ponto de vista psicológico, relacionou os temperamentos e comportamentos aos aspectos morfológicos e determinou três classificações: astênicos, pínicos e atléticos. Na Itália, dentre os vários membros da dita “escola italiana” de biotipologia, Giacinto Viola (1870-1943), também utilizando dados morfológicos, propôs três grupos: normoesplanquínico, megaloesplanquínico, microesplanquínico. Ou ainda Mario Barbára, que adaptou a classificação de Viola e sugeriu oito variações do tipo humano médio de Viola.

Aliás, como um dos indícios de uma possível de uma relação próxima entre a biotipologia brasileira e italiana, Mario Barbára (pesquisador do Instituto Biotipológico-Ortogênico de Gênova) é um dos médicos que prefacia um dos livros de Waldemar Berardinelli. Ele dizia: “não há palavra suficiente para dizer toda a minha admiração por toda a interessante contribuição da doutrina da constituição. Eu admiro esse livro, que resume muito bem toda a doutrina: livro que nós na Itália não temos igual (...)” (Barbara, apud Berardinelli, 1933).³

Nessa época, existia no Brasil um debate sobre a busca de uma “identidade nacional”, que era principalmente fundamentado naquelas características étnicas, sociais e culturais que lhe eram próprias, nativas. As transformações acontecidas na sociedade nos últimos anos, produzidas pela vida social na modernidade e pelas configurações político-econômicas do país, exigiram novas ideias e categorias de apreensão e interpretação do Brasil com base naqueles fatores que eram específicos da nação. Nesse ideário dito moderno, tornou-se preciso romper com os velhos esquemas explicativos

³ Tradução livre.

(muitos estrangeiros) que não davam mais conta de outra realidade brasileira⁴. É um momento de forte tonalidade nacionalista, que se intensificou com a instauração do Estado Novo. E, nessa busca para compreender e afirmar “o nacional”, um dos aspectos muito discutidos pela intelectualidade brasileira do período foi a raça, o povo brasileiro. Este era aspecto fundamental na definição de um desejado “caráter nacional”: em alguns momentos se desejava branqueado e, em outros, mestiço - biológica e culturalmente (Leite, 1976; Ortiz, 1985; Herschman e Pereira, 1994; Skidmore, 1998).

Há evidências que os modelos biotipológicos foram apropriados pelo pensamento social brasileiro dessa época, sobretudo em algumas obras de Oliveira Vianna, nas quais a raça foi assunto por ele debatido: nos três artigos publicados em 1930 no Boletim de Eugenia “O eugenismo das elites” e dois intitulados “Os typos eugênicos”, bem como o livro “Raça e Assimilação” (1932). Segundo Ramos (2003), nesse último, Oliveira Vianna mobilizou, sobretudo, o modelo biotipológico do médico alemão Kretschmer para discorrer sobre o biotipo ariano e suas relações com o meio ambiente brasileiro. Este mesmo autor ressalta que a segunda edição do livro “Raça e Assimilação” traz atualizações bibliográficas e alguns adendos do autor no texto original, nos quais ele dialoga com outros estudiosos do período como Artur Ramos, Roquette-Pinto e Berardinelli. Esses textos revelariam os esforços de Oliveira Vianna em se posicionar nos debates sobre raça na antropologia e na biotipologia. Uma das frentes desta pesquisa sobre a história da biotipologia no Brasil pode ser estudar como os pressupostos de medida e a classificação biotipológica foram mobilizados nesses debates em torno de Oliveira Vianna.

No que diz respeito à medicina, a biotipologia foi campo de conhecimento praticado por médicos brasileiros em princípios do século XX – justamente com maior evidência na década de 1930. Aliás, um dos livros do médico Waldemar Berardinelli (1942) foi dedicado a Getúlio Vargas “cujo gênio político feito em grande parte de intuição biotipológica nos tem conduzido com larga e humana compreensão”. Por isso, ampliando a escala de observação, não podemos deixar de suspeitar que a configuração

⁴ Reflexo desse “ideário moderno” foi o debate ideológico acontecido no país nos anos 1920 e 1930 que, na busca de interpretações para as transformações e de saídas para uma identidade cultural nacional, culminou em alguns eventos e produções de intelectuais brasileiros, dentre muitos: a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, a criação de universidades; a publicação de obras como Macunaíma, Manifesto Antropofágico, Retrato do Brasil, O Brasil nação, Casa Grande e Senzala, Raízes do Brasil, etc.

desses dois campos no Brasil naquele período pode ter sido relacionada aos interesses em se caracterizar, cientificamente, um perfil sobre o tipo físico (e também do perfil psicológico) do brasileiro. Há até um livro específico, sobre essa temática, publicado pelo médico Isaac Brown “*Normotipo Brasileiro*”, em 1934. No livro, resultado de uma extensa pesquisa biométrica em diversas regiões do país, podemos observar que Isaac Brown dialoga com os debates da época sobre “o nacional”. Sua intenção era justamente produzir dados científicos e classificar o “tipo médio”, ou seja, o biotipo predominante no Brasil.

Nesse contexto, temos ainda outras evidências da prática científica da biotipologia na medicina: na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (em torno do professor de clínica propedêutica, Juvenil da Rocha Vaz⁵) e nas obras do médico Waldemar Berardinelli. Várias pistas indicam que na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro existiu um Laboratório de Biotipologia, vinculado ao “Serviço do Professor Rocha Vaz”. Importante dar destaque ao fato dos trabalhos de Berardinelli e o livro de Isaac Brown terem sido dedicados “ao mestre Dr. Rocha Vaz”, indicando que este médico foi personagem importante nos estudos biotipológicos brasileiros. Ainda não foi possível ter acesso a fontes referentes à produção científica do Dr. Rocha Vaz nessa temática. Talvez porque elas estejam inseridas nas suas publicações sobre clínica propedêutica e semiologia. Assim sendo, uma investigação a partir da cadeira de clínica propedêutica, ministrada por ele naquela Faculdade, seja um dos caminhos.

Outro campo biomédico, no qual a biotipologia se inseriu, foi a Educação Física: na Escola de Educação Física do Exército, em torno do médico Sette Ramalho⁶, bem como na Escola Nacional de Educação Física, com os estudos relacionados ao médico João Peregrino Júnior⁷. Nota-se também que esses campos de conhecimentos

⁵ Os trabalhos de Berardinelli e Isaac Brown foram dedicados “ao mestre Dr. Rocha Vaz”, indicando que este foi personagem importante nos estudos biotipológicos brasileiros. Ainda não encontrei fontes referentes à produção científica do Dr. Rocha Vaz nessa temática. Uma investigação a partir da cadeira de clínica propedêutica, ministrada por ele, sejam um dos caminhos.

⁶ Na Escola de Educação Física do Exército existia um Gabinete Biométrico, criado em 1932, e que fora organizado e instrumentado para realizar estudos de medidas antropométricas e funcionais bem como análises biotipológicas para, assim, promover o controle médico dos exercícios físicos. A Revista de Educação Física do Exército divulgou diversas pesquisas realizadas a partir daquele gabinete. Ver: Vimieiro-Gomes (2010).

⁷ Peregrino Júnior publicou dois livros sobre biotipologia aplicada à Educação Física: PEREGRINO JUNIOR, João. Biotipologia pedagógica. Imprensa: Rio de Janeiro, Liv. Odeon ed., 1940. PEREGRINO JUNIOR, João, Crescimento e desenvolvimento (estudo e avaliação biométrica). Imprensa: Rio de Janeiro [Gráf. Tupy Ltda.] 1949.

estabeleceram alguns diálogos com o pensamento eugênico no país. No 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, a biotipologia foi tema de conferências: Edgard Roquette-Pinto, com sua conferência sobre os tipos nacionais “*Notas sobre os tipos anthropologicos do Brasil*”⁸. Na sua obra “*Ensaio de antropologia brasileira*”, de 1933, Roquette-Pinto também apresentava uma classificação para falar dos tipos antropológicos brasileiros: leucodermos, xantodermos, melanodermos e faiodermos (Ramos, 2008). Temos observado que, muitas vezes, nos estudos sobre os biótipos brasileiros, essa classificação de Roquette-Pinto servia de ponto de partida ou contraponto na comparação com os modelos biotipológicos estrangeiros, tal como no estudo de Isaac Brown.

Imagens de corpos normais na biotipologia

Como demonstrado por Ludwick Fleck, naquele caso sobre figuras anatômicas produzidas pela medicina no passado, a cultura imagética da ciência acaba por nos apresentar “símbolos, que representam certamente a concepção da época, mas não a forma fiel à natureza – que corresponde à nossa concepção.” Tem-se, portanto, “ideogramas”, que seriam então representações gráficas de ideias, de um sentido e de uma maneira de compreender e de ver a natureza (Fleck 2010, p. 193). No conjunto de práticas científicas da biotipologia, como mostram alguns livros e artigos referentes a esse campo de conhecimento, podemos encontrar uma série de imagens-ideogramas que comportam determinadas representações de corpos, ancoradas em diferentes ideais de normalidade corpórea, segundo as diversas classificações biotipológicas. Cada “escola biotipológica” dos diferentes países, com sua comunidade de cientistas praticantes e seus pressupostos teóricos⁹, orientava-se por uma maneira de ver e de perceber as características biológicas dos corpos e eram estes diferentes olhares que direcionavam a produção das imagens que guiariam as práticas de classificação e delineamento de um corpo normal ideal.

⁸ Neste trabalho Roquette-Pinto destacava que seus dados sobre os grupos nacionais demonstravam que a população brasileira não apresentava degeneração e condenou os estigmas preconceituosos dirigidos aos mestiços (Souza, 2008).

⁹ Ou seja, cada estilo de pensamento com seu correspondente coletivo de pensamento (Fleck, 2010).

A maioria das classificações era desenvolvida com base em regimes estatísticos de normalidade e médias de aspectos morfológicos, fisiológicos e/ou de temperamento. Com esses dados eram determinados os padrões corporais, os denominados biótipos, e a partir dos quais cada “escola” propunha uma forma de classificação. Os diferentes biótipos dão a ver a tentativa de produção de modelos de ideal, desviante, normal, anormal, aptos e inaptos, para aspectos morfológicos, fisiológicos e psicológicos das pessoas. Eles também serviam de suporte para dizer daqueles corpos potencialmente saudáveis ou doentes. Todavia, segundo Berardinelli (1932), a normalidade biológica era um critério numérico e deveria ser fundamentada pela estatística, segundo a lei da média de Quetelet-Gaus. Assim, um indivíduo normal seria aquele cujos caracteres se aproximavam dessa média. Todavia, para a prática médica fundamentada na doutrina constitucionalista, ou seja, que dialoga com a biotipologia, o que importava era o indivíduo em si. Portanto, “a individualização exclui a normalidade”, esta última seria um “instrumento do espírito”, que serviria de comparação para “apreensão das infinitas variações individuais” (Berardinelli, 1932).

Essa ideia de se fixar biótipos pode ser vista como imprecisa e, até mesmo, contraditória com esses discursos de individuação, posto que agrupar em tipos implicaria em selecionar, arbitrariamente, qualidades físicas desejáveis e indesejáveis, vislumbrar tipos corporais ideais, produzir diferenças e normalizar ou ainda normatizar. Na verdade, a biotipologia, na prática, também seria mais uma das formas de se esboçar identidades de grupos humanos, traçando diferenciações e hierarquizações entre os corpos das pessoas, que operavam com concepções preconceituosas do que seriam os tipos ideais. Em interação com aspectos sociais, políticos e morais de um determinado tempo e lugar (Lipphardt e Niewöhner, 2007), ela também poderia ser utilizada na produção de justificativas para as desigualdades, de forma semelhante ao ocorrido com o uso da antropologia pela eugenia (Stepan, 2005).

As imagens presentes nos livros de biotipologia nos mostram então os esforços de se representar, de maneira objetiva, corpos vislumbrados como normais e aqueles desviantes dessa pressuposta norma. Waldemar Berardinelli (1933) dizia, fundamentado no biotipologista alemão Kretschmer, que era preciso “reaprender a nos servir dos olhos”, pois alguns aspectos fugiriam “à representação numérica e só são passíveis de descrição verbal ou de representação pictórica ou fotográfica.” Como discutido por

Daston e Galison (1992, 2007) a produção mecânica de imagens (fotografias, gráficos, por exemplo), foi elemento determinante para a emergência, ao longo do século XIX, de um novo sentido de objetividade científica, ou seja, livre da intervenção humana. Todavia, é curioso que no caso da biotipologia, ainda observa-se, nos livros e artigos da década de 1930 e 1940, a presença de desenhos das formas corporais eleitas como referenciais de comparação entre os corpos e não exclusivamente imagens produzidas mecanicamente, como fotografias, representações gráficas etc.

As figuras sobre classificações corporais serviam então para encaixar, enquadrar, por meio de comparações, as características físicas de uma pessoa de acordo com um modelo biotipológico específico. Os médicos brasileiros, por meio delas, sempre se referenciavam e debatiam a aplicabilidade dos modelos Europeus na corporeidade brasileira. Grande parte das representações imagéticas coadunava-se com o nome ou a descrição dada à classificação de biotipo proposta por determinada escola biotipológica. No caso da classificação de Viola, cuja base era as medidas dos membros, tórax e abdômen, a figura trazia em evidência aqueles caracteres físicos, ou seja, a forma corporal, que o médico deveria prestar atenção no exame dos corpos. Ela servia de referência para dizer se uma pessoa seria enquadrada como normotipo, braquitipo ou longitipo (Figura 1).



Figura 1: Os tipo de Viola. In Berardinelli (1932)

Já a do biotipologista Claude Sigaud tinha como referência os sistemas fisiológicos para definir os quatro tipos: respiratório, digestivo, muscular e cerebral. Nas representações dos corpos conforme o esquema pictórico, ou seja, os ideogramas dos quatro tipos de Sigaud (Esquema de Thooris) eram então mostradas, em destaque, as predominâncias dos sistemas fisiológicos tomados como determinantes da tipologia corporal: do tórax no tipo respiratório, a do abdômen do tipo digestivo, a repartição simétrica entre tórax e abdômen no muscular e, por fim, a do crânio, com a cabeça em “forma de peão” no tipo cerebral (Figura 2).

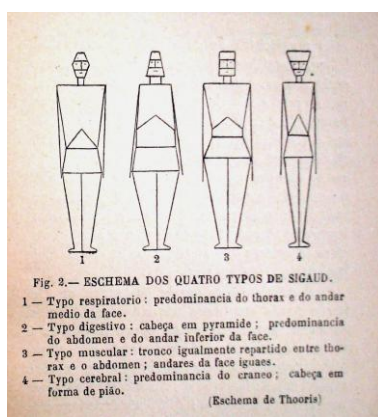


Figura 2: Esquema de Thooris. In: Berardinelli (1932)

O italiano De Giovanni serviu-se de características morfológicas para agrupar os indivíduos em quatro combinações, sendo uma delas a “combinação ideal”, ou seja, o tipo em que as pessoas seriam dotadas de ótima constituição e com uma morfologia simétrica. Na “primeira combinação” eram representados “a deficiência do tórax e do abdômen ao lado de um excessivo desenvolvimento dos membros e escassa musculatura”. Na “segunda combinação” prevaleceria o desenvolvimento do tórax, que nos órgãos internos seria acompanhado de desenvolvimento do coração e sistema arterial. Por fim, a “terceira combinação” se distinguiria pela desproporção no tamanho do tórax e do abdômen, muito frequente na infância.

Existiam também classificações específicas para os corpos femininos, como a de Marañon que qualificava as mulheres em três tipos: hipoplásico, astênico e pícnico. No primeiro a mulher teria ainda formas “pueris”. A imagem representaria o corpo da mulher com os caracteres sexuais femininos pouco desenvolvidos. O segundo tipo representaria a “mulher por excelência”, “frágil”, em que se vê a figura de um corpo

feminino harmonicamente desenvolvido. Por fim, no último a mulher teria os caracteres já descritos por Kretschmer, para os tipo pícnicos (“gorduchos”, “flácidos”, “redondos, abdomens desenvolvidos, dentro outros). Esses tipo de Maranhão foram desdobrados por Nichola Pende numa relação entre forma corporal e funções endócrinas (Berardinelli, 1933; Ramalho, 1940).

Algumas imagens eram até mesmo criação dos médicos brasileiros para fins comparativos da realidade corpórea dos tipos mais comumente encontrados no Brasil. Uma delas, mostra a silhueta de uma “moça-média”, de 15 anos, produzida pelo médico Floriano Stoffel (1937) a partir de um estudo realizado com mais de 300 moças de escolas técnicas secundárias do Distrito Federal (Figura 3). Ao explorar o conteúdo do estudo e interpretando a imagem do trabalho de Stoffel, Waldemar Berardinelli conclui:

É este o verdadeiro canon da carioca quando está “entre menina e moça, entreaberto o botão e entrefechada a rosa”. Depreende-se dessa figura sintética, construída, uma notável impressão de harmonia. Confirma-se o conceito de Viola: o senso estético para a construção do corpo humano não é senão uma apreciação sintética da medianidade; a coincidência do “bela” com a “média” equivale à coincidência do belo com a “normalidade”.

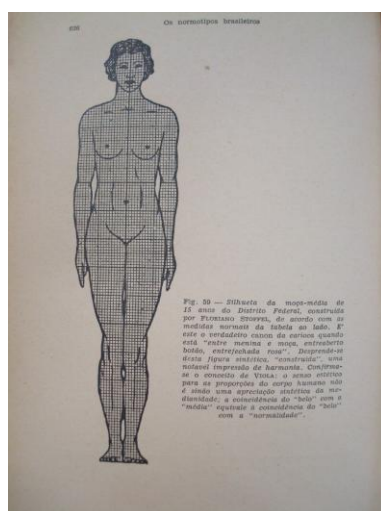


Figura 3: Normotipo Brasileiro. Moça-Média segundo Stoffel (1937) in: Berardinelli (1942)

Fica evidente a presença das noções de normalidade e saúde – na sua relação com as propensões em se desenvolver determinadas doenças – que estavam subjacentes às propostas de classificação biotipológicas e colocadas em evidência nas imagens de corpos normais e desviantes, conforme as diversas imagens sempre recorrentes nos livros de biotipologia. É que, conforme palavras do médico Peregrino Júnior (1940 p. XIII), a biotipologia, em termos de aplicação na medicina, na pedagogia, na educação física, era ciência que poderia facultar:

os meios essenciais para as correções oportunas e necessárias dos desvios e das debilidades da condição humana, para que consigamos alcançar, por fim, o ideal altíssimo das quatro grandes harmonias da Natureza:

A harmonia do corpo, que é a beleza;

A harmonia do coração que é a bondade;

A harmonia do espírito, que é a inteligência;

A harmonia das funções que é a saúde.

Essas representações imagéticas – então ideogramas, também portadores, por si, de um discurso – expressavam iniciativas para buscar um ideal de normalidade corpórea, o que, em interação com o debate nacionalista que ocorria no país naquela época, dá a ver certo anseio de alguns médicos brasileiros em se delinear uma identidade corpórea nacional. Pretensões que parecem ter sido colocadas em prática pelas iniciativas objetivando estabelecer, cientificamente, um suposto tipo normal brasileiro.

Uma análise preliminar da cultura científica visual presente em alguns dos textos de biotipologia, que circularam no Brasil nos anos de 1930 e 1940, sinalizou que esta disciplina pode ser considerada, baseando-se na noção proposta por Ian Hacking (2002; 2005; 2006), um meio científico de “façonner les gens” ou “making up people”¹⁰. A partir desse ponto de vista, podemos conceber que por meio da análise biológica de aspectos morfológicos, fisiológicos e de temperamento dos corpos, tentou-se produzir pessoas, ou seja, um tipo corpóreo do brasileiro ideal. As imagens em torno da prática biotipológica nos mostram que este campo biomédico parece ter sido mobilizado para controlar e produzir padrões ideais, médias e normas além de parâmetros de simetria,

¹⁰ Making up people, segundo Ian Hacking, seriam maneiras nas quais uma classificação científica pode produzir tipos de pessoas, concebidas e experienciadas como uma maneira de ser, exemplificado por ele pelo caso da definição dos corpos obesos, da medicalização do autismo, de doenças mentais etc.

beleza, saúde e, por vezes, força, perfeição e eficiência, possivelmente com o intuito de se ajustar, selecionar ou excluir os corpos de brasileiros, de acordo com uma “identidade nacional” desejada no referido contexto histórico.

Referências Bibliográficas

- ALBRIZIO, Angelo. Biometry and Anthropometry: from Galton to Constitutional Medicine *Journal of Anthropological Sciences*. Vol. 85 (2007), pp. 101-123.
- BERARDINELLI, W. Biotypologia: constituição, temperamento, caracter. 3.ed. modificada e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932. 1ª Edição, 348p.
- BERARDINELLI, W. Biotypologia: constituição, temperamento, caracter. 3.ed. modificada e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933. 2ª Edição, 348p.
- BERARDINELLI, W. Biotypologia: constituição, temperamento, caracter. 3.ed. modificada e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936. 548p.
- BERARDINELLI, W. Tratado de Biotipologia e Patologia Constitucional. 3.ed. modificada e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942. 1ª Edição, 657p.
- BROWN, Isaac. O Normotipo Brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.
- DASTON, L.; GALISON, P. The image of objectivity. *Representations*, n. 40, Special Issue: Seeing Science. (Autumn), pp. 81-128.; 1992.
- DASTON, L.; GALISON, P. Objectivity. New York: Zone Books, 2007.
- HERSCHMAN, M.M. PEREIRA, C.A. M. A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FLECK, Ludwik; CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- HACKING, I. Kinds of people: moving targets. British Academy Lecture, 11 April 2006.
- HACKING, Ian. The taming of chance. Cambridge University Press, 1990.
- HACKING, Ian. Façonner les gens. Philosophie et histoire des concepts scientifiques. Cours au Collège de France. 2001-2002.
- HACKING, Ian. Façonner les gens II. Philosophie et histoire des concepts scientifiques. Cours au Collège de France. 2004-2005.
- LEITE, D. M. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Pioneira Editora, 3ª Ed., 1976.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- LIPPHARDT, V. NIEWÖHNER, J. Producing difference in an age of biosociality. Biohistorical narratives, standardisation and resistance as translations. *Science, Technology & Innovation Studies*, vol. 3 (45-65) May 2007.

PAUWELS, P. Visual Cultures of Science. Rethinking Representational Practices in Knowledge Building and Science Communication. Hanover: Dartmouth College Press, 2006.

PEREGRINO JUNIOR, João. Biotipologia pedagógica. Imprensa: Rio de Janeiro, Liv. Odeon ed., 1940.

RAMALHO Sette. Das fichas biométricas. Técnicas para a escolha e organização de dados biométricos e sua disposição em uma ficha de Educação Física. Revista de Educação Física do Exército, n. 10, 1933.

RAMALHO, Sette. Lições de Biometria Aplicada. Vol. 1, Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1940.

RAMOS, J. de S.: 'Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. História, Ciências, Saúde -Manguinhos, vol. 10(2):573-601, maio-ago. 2003.

SKIDMORE, T.E. Uma história do Brasil. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terra, 2ª Edição, 1998.

SOUZA, V. S. As leis da eugenia na antropologia de Edgar Roquette-Pinto. In: In: Lima, N.T. Sá, D. M. Antropologia brasileira : ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

STEPAN, Nancy, L. A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STTOFEL, Floriano P. M. Biotipologia. Revista de Educação Física do Exército, n. 37, 1937.

VIMIEIRO-GOMES, A.C. A Biometria e a Biotipologia na Educação Física brasileira na década de 1930: práticas do Gabinete Biométrico da Escola de Educação Física do Exército. Anais do 12º Seminário de História da Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História das Ciências, 2010.